Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

Hotéis Othon S.A. ("Companhia") é uma empresa de capital aberto, cuja atividade é a prestação de serviços na indústria hoteleira. Fundada em 1943, na época com outra denominação, seu primeiro hotel foi o Aeroporto Othon, inaugurado em 1944 no centro do Rio de Janeiro.

Em 1954 começou a ampliar sua presença em São Paulo, a Rede Othon começou a operar nessa região com o Othon Palace, junto ao viaduto do Chá, em meio ao coração financeiro da cidade.

Entre 1975 e 1979, a rede começa a expansão na linha dos grandes cinco estrelas, dobrando a sua oferta de apartamentos. São desta fase os hotéis Rio Othon Palace, Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace.

Hotéis Othon tornou-se então a maior rede da América do Sul, e inovou os conceitos de gerenciamento de grandes unidades.

Hoje administra 5 hotéis e 7 suítes, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará, e Rio Grande do Norte.

Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional e plano de negócios

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia, apesar de a Companhia vir apresentando prejuízos contábeis nos últimos exercícios e ainda permanecer hoje com o capital circulante líquido negativo de R\$ 256.944 mil na controladora e R\$ 251.424 mil no consolidado e passivo a descoberto de R\$ 117.904 mil na controladora e R\$ 131.797 mil no consolidado, não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

A Administração acredita na continuidade de suas operações e tem como base sua sólida história de crescimento e de desenvolvimento assertivas, aliada a seu mais de meio século de experiência no segmento hoteleiro. Para tanto vem também trabalhando em implementos em seu plano de negócios com uma estratégia de vendas para buscar um aumento da ocupação com diárias mais atrativas e comerciais nos seus hotéis próprios, bem como está desenvolvendo uma estrutura para a captação de novos hotéis administrados com a utilização da bandeira Othon. Em conjunto a isso a Administração frequentemente avalia retrospectivamente seu fluxo de caixa histórico e prospectivamente seu fluxo de caixa projetado considerando em conjunto que seu endividamento em Empréstimos e Financiamentos é muito baixo, tudo isso reforça sua conclusão explicitada no parágrafo anterior.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A comparação e análise dos resultados acumulados deste exercício de 2017 com os números do exercício de 2016, deve ser analisado levando em consideração que está impactados pelos efeitos turísticos dos jogos olímpicos que ocorreram no ano passado no Brasil os quais trouxeram boas vendas e nível de ocupação, para o setor hoteleiro.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A autorização para conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 07 de março de 2018.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2017 e em 31 de dezembro de 2016, juntamente com composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas nas notas seguintes.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Hoje o método de equivalência patrimonial é considerado como estando dentro das IFRSs, e não mais exigindo a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da Controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da Controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.3.

2.2. Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas está em conformidade com as normas internacionais de contabilidade e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas anualmente pela Administração da Companhia, sendo alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Receita

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

d) Base de consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas; os resultados das transações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos ativos e passivos são eliminados no processo de consolidação.

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre as empresas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As práticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

	<u>% de participação</u>
	2017
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.	77,72
HBBH Novos Hotéis Ltda.	99,68
Plantravel - Planej., Viagens e Turismo Ltda	98,00

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil:
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos e receitas e despesas entre as empresas consolidadas;
- eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido das controladas; e
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

e) Instrumentos Financeiros

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros n\u00e3o derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas,

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem, principalmente, os seguintes passivos financeiros não derivativos: partes relacionadas, empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

f) Contas a Receber

O Contas a receber corresponde materialmente a valores a receber de clientes pela prestação de serviços de hospedagem no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento fosse superior a um ano as contas a receber seriam classificadas no ativo não circulante. No entanto as contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo.

O Contas a receber de clientes, inicialmente, é reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando aplicável.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A companhia adota como adequado constituir provisão para títulos com atraso superior a 180 dias e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos na realização de créditos.

h) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes sujeitos à avaliação a valor presente e não identificou efeitos materiais a serem registrados nas demonstrações financeiras decorrentes de ajustes a valor presente de ativos e passivos monetários.

i) Estoques

Valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

j) Investimentos

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas Demonstrações Financeiras da controladora, as participações em sociedades controladas e coligadas foram ajustadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo, ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

k) Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. Gastos com reparos e manutenções são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação de bens é calculada pelo método linear a partir da entrada em operação dos bens, às taxas mencionadas na Nota 9 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado. Os valores de alienação com o valor contábil são incluídos no resultado do exercício nas rubricas "Outras despesas e/ou receitas operacionais", no momento da alienação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

I) Demais ativos (circulante e não circulante)

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m) Empréstimos, financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção), ou na demonstração do resultado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

n) Passivo circulante e não circulante

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

o) Contribuição social e imposto de renda diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos, registradas no passivo não circulante, foram constituídas tendo como base o valor correspondente ao saldo da reserva de reavaliação e ao custo atribuído ("deemedcost"), considerando o CPC 32.

p) Passivos contingentes

Constituída com base na expectativa de perda estimada pela administração, respaldada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais (prováveis) com ações em curso em consonância ao CPC 25.

q) Ajuste a valor presente

Conforme avaliado pela Companhia, não houve a necessidade de ajustar a valor presente os ativos e passivos de curto e longo prazos, em atendimento ao previsto no CPC 12.

r) Informação por segmento

A Companhia e suas controladas não elaboraram suas demonstrações por segmento conforme orientação do CPC 22, devido sua operação não possuir segmentos distintos, significativos, mas ser representada, substancialmente pela atividade hoteleira.

s) Operações descontinuadas

Nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidada do período corrente e do período anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica lucros após impostos. O lucro ou prejuízo resultante (após impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

t) Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas Demonstrações Financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos	197	126	205	128
Aplicações Financeiras	8	8	8	12
	205	134	213	140

A companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que se concentrem em baixo risco e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

Refere-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) em instituições tradicionais e de baixo grau de risco.

5. Contas a Receber

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Contas a receber	10.243	7.350	10.860	7.930	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(984)	(936)	(984)	(936)	
	9.259	6.414	9.876	6.994	

O montante está registrado pelos valores nominais e não são ajustados a valor presente por representarem vencimentos de curto prazo logo sem efeito relevante nas Demonstrações Financeiras.

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
A vencer	8.678	5.563	8.803	5.664	
Vencidas até 30 dias	382	452	388	499	
Vencidas de 31 a 120 dias	151	385	206	396	
Vencidas de 121 a 180 dias	47	14	58	28	
Vencidas há mais de 180 dias	985	936	1.405	1.343	
	10.243	7.350	10.860	7.930	

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas tendo como política a análise individual das posições pendentes de recebimento, levando em consideração a situação de risco e crédito de cada cliente, sendo registrada provisão para os casos em que a probabilidade de não recebimento é considerada provável pela Administração.

6. Estoques

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mercadorias para revenda (alimentos e bebidas)	1.073	934	1.073	934
Materiais de uso, consumo e manutenção	1.482	1.722	1.482	1.722
	2.555	2.656	2.555	2.656

Os estoques da Companhia de maior movimentação ao longo do ano tem características perecíveis e são de alta rotatividade. Logo em nosso modelo de negócio não temos provisão para estoques obsoletos.

7. Partes Relacionadas

Controladora

		Ati	Ativo		sivo	Resultado	
Partes Relacionadas	Categorias	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Othon L. Bezerra de Mello Com e Importação (1)	controladora	52.510	49.785			2.544	4.160
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	21.628	26.326	715		1.179	2.191
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	26.699	25.167			1.290	2.103
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	13.421	12.975			651	1.257
Othon Administração S.A (1)	controladora		621	157		15	87
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras			1.367	22		110
HBBH – Novos Hotéis Ltda (2)	controlada			12.424	11.292	(587)	(969)
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A (2)	controlada	50.326	44.836			2.325	3.649
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	26.780	21.960			1.202	1.728
Plantravel (2)	controlada			1.009	746	(40)	(52)
Outros	outras	728	1.038	545	1.995	(120)	(98)
		192.092	182.708	16.217	14.055	8.459	14.166
Provisão para perdas		(92.631)	(88.548)			(4.083)	(2.989)
		99.461	94.160	16.217	14.055	4.376	11.177
Circulante				13.433	12.038		
Não Circulante		99.461	94.160	2.784	2.017		
		99.461	94.160	16.217	14.055		

- (1) Demonstrações Financeiras não auditadas(2) Demonstrações Financeiras auditadas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

		Ati	ivo	Pas	sivo	Resultado		
Partes Relacionadas	Categorias	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Othon L. Bezerra de Mello Com e Importação (1)	controladora	52.510	49.785			2.544	4.160	
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	21.866	27.531	747		1.213	2.292	
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	26.699	25.167			1.290	2.103	
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	14.323	13.832	12.219	11.626	102	356	
Othon Administração S.A (1)	control a dora	7.139	7.412	157		362	655	
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras	372	354	3.114	1.685	(67)		
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	61.275	54.773	39	37	2.875	4.469	
Outros	outras	652	972	545	3.631	(207)	(239)	
		184.836	179.826	16.821	16.979	8.112	13.796	
Provisão para perdas		(127.991)	(121.831)			(6.161)	(5.781)	
		56.845	57.995	16.821	16.979	1.951	8.015	
Circulante		26	26					
Não Circulante		56.819	57.969	16.821	16.979			
		56.845	57.995	16.821	16.979			

⁽¹⁾ Demonstrações Financeiras não auditadas

Termos e condições das transações com partes relacionadas

As principais transações mantidas entre a Companhia e as empresas ligadas são empréstimos (mútuos) incidindo juros de 2% a.a. e variação do IPCA, para atualização desses contratos, observadas as condições comutativas de mercado. Os contratos vencem entre janeiro de 2016 a dezembro de 2036. As perdas julgadas prováveis pela Administração da Companhia, referentes aos ativos de difícil realização, foram provisionadas.

Os aluguéis pagos por força de arrendamento de propriedade de partes relacionadas são os geralmente praticados pelo mercado.

Transações com o pessoal chave da administração

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010, o pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores que encontram-se em Hotéis Othon S/A. Sua remuneração está demonstrada a seguir:

Remuneração dos administradores	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração dos conselheiros e estatutários	824	930
Encargos sociais de diretores e conselheiros	14	14
Benefícios de curto prazo a participação de resultados	36	12
	874	956

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo e tão pouco remuneração baseada em ações. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

8. Investimentos

Controladora

	Participação em 31/12/2017	Patrimôr	iio líquido	Lucro (prejuíz	o) do período	Resultado de patrir		Saldo cor investi		Saldo da pr perda sobr desco	e passivo a
	%	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.(2)	77,72	(54.565)	(44.760)	(9.806)	(8.150)	(7.621)	(6.334)			42.408	34.787
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	20,27	(4.733)	(24.060)	(19.327)	(1.328)						
Cia.Agropastoril Vale do Rio Una (1)	6,36	1.136	1.961	(827)	(1.003)	(52)	(63)	72	125		
HBBH Novos Hotéis Ltda. (2)	99,68	134.631	137.892	(3.259)	(2.534)	(3.248)	(2.526)	134.201	137.449		
Plantravel – Planej., Viagens e Turismo (2)	98,00	1.614	1.424	189	145	186	142	1.582	1.396		
						(10.735)	(8.781)	135.855	138.970	42.408	34.787
Provisão para perdas em investimentos											
						(10.735)	(8.781)	135.855	138.970	42.408	34.787

- (1) Demonstrações Financeiras não auditadas
- (2) Demonstrações Financeiras auditadas

Consolidado

	Participação	Patrimôn	io líquido	Lucro (nrejuíz	o) do período	Resultado de	equivalência	Saldo cor	tábil dos	Saldo da pr	ovisão para
	em 31/12/2017		io iiquiuo	Lucio (picjuiz	oj do periodo	patrin	nonial	investi	mentos	perda sobr	e passivo a
	%	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cia.Agropastoril Vale do Rio Una (1)	20,90	1.136	1.961	(827)	(1.002)	(173)	(209)	237	410		
Outros								10	24		
						(173)	(209)	247	434	-	-
Provisão para perdas em investimentos						(173)	(209)	247	434		

- (1) Demonstrações Financeiras não auditadas
- (2) Demonstrações Financeiras auditadas

a) Cia. Agropastoril Vale do Rio Una

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A CAPVRU é uma Cia que tem como objeto social é a exploração agrícola e pastoril através da cria e recria de rebanhos bovinos, podendo estender as suas atividades a outros setores afins e correlatos aos seus objetivos e ainda, participar, na qualidade de acionista ou associada na exploração de quaisquer estabelecimentos industriais ou comerciais. A situação cadastral desta empresa encontra-se como "ativo", porém sem operação que gere receitas (inoperante). O Grupo Othon possui 20,90% de participação subdivididos na seguinte forma: 6,36% diretos e 14,54% indiretos. Esse investimento é contabilizado pelo método de Equivalência Patrimonial.

b) Outros Investimentos

São pequenas aplicações em bolsa realizadas por Othon Empreendimentos, onde os mesmos são avaliados ao custo de aquisição.

9. Imobilizado

·					
			31/12/2017		31/12/2016
Itens	Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuido	Depreciações Acumuladas	Valor Liquido	Valor Liquido
Terrenos, edificações e construções (*)		312.728	(83.093)	229.635	235.137
Instalações	2,83 a 4,00 (*)	13.178	(8.727)	4.451	5.153
Móveis e utensílios	7,14	28.719	(21.842)	6.877	7.594
Máquinas e equipamentos	6,67	23.616	(19.003)	4.613	4.959
Veículos	6,67	465	(251)	214	326
Computadores, periféricos e softwares	10	3.987	(3.255)	732	845
Imobilizações em curso e outras (*)	9,09	8.036		8.036	5.830
Total		390.729	(136.171)	254.558	259.844

			CONSULIDADO		
			31/12/2017		31/12/2016
Itens	Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuido	Depreciações Acumuladas	Valor Liquido	Valor Liquido
Terrenos, edificações e construções (*)		499.567	(113.373)	386.194	394.474
Instalações	2,83 a 4,00 (*)	13.190	(8.739)	4.451	5.153
Móveis e utensílios	7,14	28.824	(21.944)	6.880	7.600
Máquinas e equipamentos	6,67	23.625	(19.011)	4.614	4.959
Veículos	6,67	568	(341)	227	348
Computadores, periféricos e softwares	10	4.018	(3.281)	737	851
Imobilizações em curso e outras (*)	9,09	8.036		8.036	5.830
Total		577.828	(166.689)	411.139	419.215

(*) saldos de terrenos e imobilizações em curso da Controladora, no montante de R\$ 98.357 e do Consolidado de R\$ 190.133 não são depreciados.

A companhia avaliou a existência de evidencias da necessidade de ajustes sobre valor de realização destes ativos (impairment) e não encontrou.

No imobilizado da companhia existem bens dados em garantia de ações judiciais cuja possibilidade de perdas são remotas e possíveis.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado
	-	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Em moeda nacional					
Capital de giro	19,14% a.a	712	1.268	712	1.268
Capital de giro	19,14% a.a	367	653	367	653
Capital de giro	19,14% a.a	227	404	227	404
Capital de giro	19,14% a.a	910	1.629	910	1.629
Capital de giro	18,86% a.a		295		295
Capital de giro	16,90% a.a		3.306		3.306
Capital de giro	9,85% a.a	3.269		3.269	
Duplicatas Descontadas		96	1.350	96	1.350
Conta garantida	Juros de 18,58% a.a.	1.993	2.590	1.993	2.590
Arrendamento mercantil financeiro	CDI	114	210	114	217
		7.688	11.705	7.688	11.712
Passivo circulante		7.485	10.389	7.485	10.396
Passivo não circulante		203	1.316	203	1.316
		7.688	11.705	7.688	11.712

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2018		1.125		1.125
2019	203	191	203	191
Passivo não circulante	203	1.316	203	1.316

Todos os empréstimos e financiamentos são em moeda nacional, os valores contábeis dos empréstimos do circulante e não circulante aproximam-se de seu valor justo.

A Companhia concede como garantia, na maioria dos seus contratos de empréstimos, os direitos creditórios de sua titularidade.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações Tributárias Parceladas - Não Circulante

Os vencimentos dos parcelamentos em 31 de dezembro de 2017 são demonstrados como segue:

Parcelamentos					
				Após	Não
Impostos	2019	2020	2021	2021	Circulante
ICMS	22				22
ISS	1.498	782	607	364	3.252
IPTU	7.874	7.776	5.527	3.236	24.413
PARC. FEDERAL - IRRF	181	181	181	76	619
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	17	6			23
	9.592	8.745	6.316	3.676	28.329

Programas de Parcelamentos Incentivados - PPI

Em dezembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Prefeitura Municipal de São Paulo, em relação aos tributos IPTU e ISS, pelo prazo de 120 meses. No exercício de 2014 a Companhia liquidou antecipadamente o IPTU restando, atualmente, apenas 23 parcelas a pagar do ISS (59 parcelas em 2014).

Nos meses de fevereiro, março e junho de 2013, a Companhia aderiu ao PPI Carioca, instituído através da Lei nº 5.546 de 27 de dezembro de 2012, formalizando o parcelamento de IPTU de todas as unidades, bem como o reparcelamento do ISS em até 84 parcelas.

12. Parcelamentos de Obrigações Tributárias e Previdenciárias pelo Programa Refis

		Circulante		Não Circulante
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
REFIS – Lei 11.941/2009	8.107	6.499	29.335	36.636
REFIS – Lei 12.865/2013	10.558	13.518	126.369	176.755
REFIS – Lei 12.996/2014	34	31	467	440
	18.699	20.048	156.171	213.831

Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV – Lei 11.941/2009

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a edição da Lei Federal nº 11.941 de 27/05/2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Na ocasião, foram incluídos novos débitos e migrado para o novo REFIS (da Lei Federal 11.941/2009) o saldo remanescente do antigo PAES.

A Lei 12.865/2013 reabriu o prazo de adesão ao programa originalmente instituído pela Lei 11.941/2009, permitindo a migração de saldos remanescentes de parcelamentos anteriores para o programa, bem como, a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 30 de novembro de 2008. Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia formalizou o requerimento de adesão e procedeu a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que pretende incluir no parcelamento de acordo com o calendário divulgado pela Receita Federal.

Em 18 de junho de 2014, com a publicação da Lei federal 12.996/2014, foi reaberto o prazo de adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB que permitiu a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 31 de dezembro de 2013. Em 21 de agosto de 2013, foi formalizado pela Companhia o requerimento de adesão e a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB que pretende incluir no parcelamento de acordo com o calendário divulgado pela Receita Federal.

A movimentação dos tributos parcelados – REFIS IV, no ano de 2013, 2014 e 2015 foi como segue:

Demonstrativo das variações no REFIS IV com a migração do saldo remanescente do REFIS I.

	Lei 11.941/2009	Lei 12.865/2013	Lei 12.996/2014	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2016	49.428	174.499	431	224.358
Inclusão de novos débitos não parcelados anteriormente				
Benefício adquirido pela inclusão de novos				
Pagamentos (1)	(9.785)			(9.785)
Juros	3.492	15.774	40	19.306
Saldo em 31 dezembro de 2016	43.135	190.273	471	233.879
Saldo em 1º de janeiro de 2017	43.135	190.273	471	233.879
Pagamentos (1)	(9.658)	(23.527)		(33.185)
Exclusão de débitos não parcelados na consolidação		(42.347)		(42.347)
Juros	3.966	12.528	30	16.524
Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.442	136.927	501	174.870
Passivo circulante	8.107	10.558	34	18.699
Passivo não circulante	29.335	126.369	467	156.171
Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.442	136.927	501	174.870

Observados os benefícios instituídos por tal programa, bem como a utilização do prejuízo fiscal acumulado como forma de quitação de parte da dívida, o saldo estimado consolidado migrado do

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

REFIS I para o REFIS IV juntamente com a inclusão de novos débitos não parcelados anteriormente, passa de R\$ 187.271 para R\$ 144.421 conforme demonstrado abaixo:

Transferência do REFIS I - Lei 9.964/2000	139.373
Inclusão de novos débitos não parcelados anteriormente	5.985
Inclusão de novos débitos não parcelados anteriormente em 2014	411
Benefício adquirido pela inclusão de novos	(1.334)
Benefício adquirido pela inclusão de novos Lei 12996	(50)
Juros	42.886
Total da inclusão no programa de parcelamento	187.271
Utilização do prejuízo fiscal acumulado como forma de quitação	(24.607)
	(18.243)
Pagamentos a compensar	
Saldo estimado da consolidação	144.421

13. Contribuição Social e Imposto de Renda

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no período findo em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

_		31/12/2017		31/12/2016
<u>-</u>	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social operações continuadas	(41.576)	(41.255)	(2.667)	(2.208)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social operações descontinuadas				
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(14.136)	(14.027)	(907)	(751)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	3.650	59	2.886	(28)
Despesas não dedutíveis	3.010	4.868	2.713	4.771
Compensação de prejuízo fiscal				
Crédito tributário diferido não contabilizado	5.387	8.070	(3.268)	(1.500)
Reversões de provisões administrativas	(1.146)	(1.146)	(1.668)	(1.668)
Realização da reserva de reavalição	1.816	1.816	1.816	1.816
Participação de Acionista Não Controladores		(787)		(651)
Beneficio adquirido pela migração para REFIS IV Lei 11.941				
Utilização do Prej. Fiscal acumulado como forma de quitação reaber	tura REFIS IV			
Outras	3	54	(16)	26
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(1.416)	(1.093)	1.556	2.015
	40)	()	(2.22)	()
Correntes	(2)	(412)	(3.372)	(3.918)
Diferidos	1.418	1.505	1.816	1.903
Alíquota efetiva	3,41%	2,65%	1,72%	-2,68%

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação aplicável.

14. Provisão para Contingências

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais, tomou as providências cabíveis em cada situação e entende que são suficientes para salvaguardar o patrimônio líquido da Companhia, não existindo indicações da necessidade de reconhecimento de quaisquer contingências adicionais em relação às contabilizadas.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Contro	ladora			Consol	lidado		
	31/12/	2017	31/12/2016 31/12/2017		31/12/2016 31/12/2017		2017	31/12/2016	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais	
Trabalhistas	1.902	5.009	5.076	4.613	1.902	5.009	5.076	4.613	
Cíveis	12.819	2.751	12.868	3.607	29.612	2.924	24.761	3.796	
Fiscais	206	57	180	57	206	57	180	57	
	14.927	7.817	18.124	8.277	31.720	7.990	30.017	8.466	

A Companhia figura como ré, em 31 de dezembro de 2017, em 273 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com vínculo empregatício, verbas rescisórias, danos morais, integração da taxa de serviço ao salário, responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais noturnos, de insalubridade e periculosidade, horas extras, plano de saúde, indenizações decorrentes de suposta doença ocupacional ou acidente do trabalho. A administração de Hotéis Othon, com base na opinião de seus assessores legais, entende que a provisão de R\$ 1.902 é suficiente para resguardar o seu patrimônio líquido.

Especificamente no que diz respeito às contingências de natureza cível, o saldo de provisão abrange diversas ações, dentre elas duas versam sobre o mesmo assunto: Ações ordinárias de ressarcimento de direitos autorais, propostas pelo ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição contra o Hotéis Othon S/A, iniciadas na década de noventa, através das quais pretende o ressarcimento de valores à título de direitos autorais, em razão de suposta retransmissão radiofônica de obras musicais nos aposentos dos estabelecimentos, além de obter proibição de transmissão de obras musicais nas dependências da rede hoteleira. Essas ações são contra o Bahia Othon Palace e dois outros Hotéis em Recife, que não pertencem mais à Hotéis Othon. Nossa tese de defesa se baseia na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (súmula n. 63), no sentido de que a cobrança de direitos autorais somente é cabível em casos de retransmissão radiofônica em locais públicos dos estabelecimentos comerciais, não se aplicando, portanto, aos cômodos dos hóspedes. Na Bahia a sentença de primeira instância julgou procedente o pedido do ECAD, condenando Hotéis Othon ao ressarcimento de danos patrimoniais, referentes a parcelas vencidas a partir de novembro/1994; bem como nas parcelas a vencer, calculadas pelo valor da mensalidade vezes a quantidade total de apartamentos existente no hotel; e na proibição de utilização de sonorização ambiente de seus apartamentos. Apresentamos recurso de apelação e recurso especial em que não logramos êxito, reiterando a nossa tese de não cabimento da cobrança ou, ainda, da necessidade de liquidação dos valores pelo cálculo de utilização média. O processo retornou à Comarca de Salvador para início da fase de cumprimento de sentença. Na Comarca de Recife foi proferida sentença, julgando procedentes os pleitos do ECAD, condenando Hotéis Othon ao pagamento das mensalidades referentes aos direitos autorais do período de abril/1992 até a data da efetiva execução. Apresentamos recurso de apelação, tendo o Tribunal de Justiça local excluído da cobrança a taxação relativa à instalação de equipamentos audiovisuais nos cômodos dos hotéis, mantendo apenas a condenação quanto ao pagamento de direitos autorais pela reprodução de música em ambiente público, determinando a necessidade prévia de liquidação da condenação, com base na utilização efetiva do serviço, nos termos da jurisprudência do STJ. Desse acórdão o ECAD interpôs recurso especial que não foi conhecido. Hotéis Othon não recorreu. A sentença transitou em julgado. Em 2013 o ECAD requereu o

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cumprimento da sentença, sem observar a necessidade de prévia liquidação da condenação, em fase própria. Apresentamos objeção de pré-executividade, alegando que os valores da condenação deveriam ser liquidados previamente, mediante procedimento próprio. A cobrança dos direitos autorais deve ser limitada à data de desativação dos Hotéis, ocorridas em 1993 e em 1997. Em fevereiro de 2017 foi firmado acordo em que a Companhia se comprometeu ao pagamento parcelado do valor de R\$66.000,00 em favor do ECAD. No mês de março o acordo foi homologado judicialmente. Os valores envolvidos nessas ações são de R\$1.300.

Hotéis Othon é réu em ação declaratória de inadimplemento contratual com cobrança de aluguéis movida por Lazar Empreendimentos Imobiliários Ltda., Supra Construções Ltda., MRHL Participações e Comércio Ltda. e Hexa Empreendimentos Imobiliários Ltda. na Comarca de Fortaleza. A ação tem como objeto a declaração judicial do inadimplemento de contrato de locação e condenação ao pagamento de alugueres e tributos vencidos, multa e penalidades contratuais, além de perdas e danos, referentes à locação de imóvel em que Hotéis Othon manteve empreendimento hoteleiro. O processo teve sentença de primeiro grau e decisão do Tribunal de Justiça do Ceará desfavoráveis à Hotéis Othon e está em fase pericial em processo de execução provisória. O valor em debate está em torno de R\$10.084.

15. Outros Passivos Contingentes

a) A Companhia, através de ação de Embargos à Execução, discute o valor do crédito exigido pelo Banco Morada S.A., que requer em ação de Execução de Título Extrajudicial o pagamento do valor devido pelo inadimplemento das prestações mensais, corrigidas por índices ajustados no contrato de arrendamento mercantil (leasing) do imóvel onde funcionou o Hotel Pajuçara Othon, em Maceió - Alagoas. Os assessores jurídicos da Companhia divergem do valor executado pelo autor Banco Morada S.A., avaliando como possível a chance de êxito para a Companhia nesta demanda, de modo a reduzir o valor cobrado na ação. Atualmente a execução encontra-se suspensa por força da oposição de embargos pela Companhia, estando este em fase de perícia contábil. Um primeiro laudo pericial foi produzido nos embargos à execução e homologado por sentença. Contra essa decisão foi interposta apelação, a qual decretou a nulidade da sentença e determinou a complementação do laudo pericial. Um novo perito foi nomeado, cujos trabalhos estão em curso. Adicionalmente, a Companhia move contra o Banco Morada S.A. uma ação onde pretende haver deste a devolução do valor referente ao VRG (Valor Residual Garantido), pago junto com as contraprestações do contrato de leasing. Em junho de 2010 foi proferida sentença desfavorável a Companhia, tendo sido interposto recurso de Apelação. O Acórdão publicado em abril de 2011 deu provimento ao recurso, de modo a anular a sentença e determinar o prosseguimento do feito observado o devido processo legal. Novo Perito nomeado pelo Juiz produziu laudo pericial desfavorável afirmando que não haveria VRG a ser restituído à Companhia. Frente tal Sentença interpusemos Recurso de Apelação, que foi provido para determinar a realização de nova perícia no Tribunal, a qual entendeu pela existência de VRG antecipado e apontou que o valor (incluindo juros de mora) seria de R\$16.990.268,94 em 28/10/2015, valor esse que serviu de base para condenar o Banco Morada S.A. a título de reembolso de VRG antecipado, corrigidos a partir de 01/09/2015. Foram opostos embargos de declaração pelo Banco Morada S.A., os quais foram parcialmente providos, para esclarecer que os juros de mora serão pagos conforme as regras da Lei 11.101/2005. Por fim, o Banco Morada S.A. interpôs recurso especial ao STJ, ainda pendente de decisão.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Capital Social

Em 12 de agosto de 2015, atendendo ao ofício nº 147/2015 - DRE BM&FBovespa, a companhia procedeu o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, ambas na proporção de 10 (dez) para 1 (uma) para manutenção da cotação em valor superior ou igual a R\$ 1,00 por unidade. Dessa forma, o capital autorizado da Companhia é de R\$39.000 e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 31.984 e compõem-se de 10.477.917 ações ordinárias e 7.894.494 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

17. Seguros

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2017, apólices de seguros com os seguintes capitais segurados, os quais entende serem adequados para cobertura dos seus ativos:

Modalidade	Importância segurada
Danos materiais	204.000
Roubo	71
Automóveis	1.100
Acidentes pessoais	428
Lucros cessantes	74.500
Responsabilidade Civil	17.000
Outros	5.128

18. Despesas com Contratos de Arrendamento - Controladora

A Companhia arrenda hotéis de terceiros, de acionistas e de companhias associadas. As despesas com esses arrendamentos estão apresentadas como segue:

		Controladora
	31/12/2017	31/12/2016
De terceiros	53	87
De acionistas (pessoa física)	29	636
	82	723

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado Financeiro

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Juros sobre mútuos	9.266	15.344	10.309	17.246
Juros recebidos por atraso	32	28	32	28
Rendimentos de aplicação financeira	1	10	15	17
Descontos obtidos	22	26	22	26
Outras receitas	111	318	192	353
	9.432	15.726	10.570	17.670
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	2.102	2.688	3.493	4.961
Juros sobre passivos fiscais	28.575	38.263	29.376	38.231
Juros sobre faturas fornecedores e serviços públicos	1.180	1.731	1.252	1.924
Tributos sobre receita financeira	435	730	568	950
Descontos concedidos	106	144	106	144
Outras despesas	1.156	1.662	1.374	1.652
	33.554	45.218	36.169	47.862

A linha de Juros sobre Passivos Fiscais contém a atualização dos parcelamentos de impostos, bem como os juros dos impostos correntes em atraso. No ano de 2017 tivemos uma redução referente a estorno de atualização do parcelamento do IPTU do Rio Othon que ocorreu no 1º trimestre devido a uma redução do passivo fiscal do parcelamento.

20. Receita Líquida

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta		
Receita com diárias	101.722	132.090
Receita de alimentos e bebidas (A&B)	23.130	21.543
Taxa de administração de hotéis	1.999	1.878
Outras receitas	6.242	7.872
Deduções da receita bruta		
Cancelamentos e devoluções	(51)	(31)
Descontos concedidos	(111)	(50)
Impostos	(15.484)	(19.618)
Receita líquida	117.447	143.684

21. Créditos Fiscais

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2017, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 45.011 e R\$ 54.294, respectivamente. Face a incerteza de sua recuperação, a administração não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os referidos créditos.

22. Gestão de Riscos

Risco de crédito – A seletividade e a análise criteriosa da situação financeira e econômica, assim como do histórico de crédito dos seus clientes e ainda o acompanhamento semanal da pontualidade de pagamentos são procedimentos que a Companhia adota de modo a minimizar eventuais problemas de "default". A exposição ao risco de crédito é, desta forma, monitorada com grande rigor, resultando historicamente num prazo médio de faturamento inferior a 20 dias e numa taxa de inadimplência em torno de 1,5%, o que respalda a política de preservação de créditos adotada pela Companhia.

Risco de taxa de juros – Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vier a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos. A Companhia tem procurado atrelar seus empréstimos à indicadores com menores taxas e baixa flutuação.

Risco dos instrumentos financeiros – A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros para fins de hedge.

Risco de mercado - A Administração entende que, não existem riscos eminentes à atividade de Hotelaria, e que nesse momento o setor encontra condições favoráveis, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde está localizada nossa principal base.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

23. Eventos subsequentes

A companhia avaliou os acontecimentos entre a data base da presente Demonstração Financeira e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas das gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.
